

# Empresários querem derrubar limitação de 12% para o juro

17 MAI 1988

JORNAL DE BRASÍLIA

Logo que se encerrar o primeiro turno de votação da Assembléa Nacional Constituinte, o setor empresarial realizará um fórum para avaliar os temas aprovados, principalmente aqueles que integram a Ordem Econômica, como por exemplo o tabelamento dos juros em 12% ao ano. Foi o que decidiu ontem a União Brasileira de Empresários (UB), durante reunião realizada na sede da Confederação Nacional do Comércio (CNC).

Segundo o presidente da UB, Antonio de Oliveira Santos (que também preside a CNC), na reunião representantes de oito entidades empresariais discutiram alguns dos temas aprovados dentro da Ordem Econômica, dando início à preparação do setor para o segundo turno de votação da Constituinte no qual tentarão incluir sugestões, através de emendas supressivas. Grande parte da reunião foi dedicada à avaliação do tabelamento dos juros em 12%, medida considerada como "lastimável" por todos os empresários presentes.

## Divórcio

De acordo com Oliveira Santos, a UB é de opinião que os 314 parlamentares que votaram a favor do tabelamento dos juros estão "divorciados" do processo econômico, não só do Brasil, mas de todos os outros países, uma vez que o mercado possui suas regras, que não podem ser suprimidas por uma vontade constitucional: "A limitação do custo do dinheiro representa um retrocesso para a economia do País, que não consegue fixar nem o preço da sardinha, enquanto a Europa brevemente se transformará em um único País, a nível econômico", ressaltou.

Os empresários ligados à UB acreditam também que, se o tabelamento dos juros for aprovado definitivamente pela Constituinte, o Governo será o primeiro grande contraventor, pois terá que apanhar dinheiro no mercado e a sociedade não irá emprestar a juros de 12% ao ano. "A sociedade, por força do mercado, acabará tendo que romper uma regra constitucional. Além disso, quando se coloca uma indução destas, pode-se iludir a boa fé dos outros", disse Santos.

## Greve

Como ponto positivo aprovado pela Constituinte, os empresários da UB ressaltam o direito da propriedade produtiva, um dos pontos principais quando se discutiu a reforma agrária. Mas já com relação à greve, eles acham que a Constituinte poderá mudar o seu aspecto de direito, transformando-a em "poder", uma vez que as greves poderão ocorrer antes mesmo de iniciadas as negociações, podendo paralisar qualquer atividade econômica.

A União Brasileira de Empresários mostrou-se também contrária à aprovação do turno de trabalho de no máximo seis horas, o que, segundo a entidade, exigirá a realização de quatro turnos de trabalho em vez dos três atuais. Para os empresários, a palavra

"máximo" dentro deste item poderia ser retirada ou então o próprio item poderia ser suprimido, passando a integrar os entendimentos entre patrões e empregados. Eles aprovam, entretanto, a manutenção de três turnos de trabalho, incluindo seis horas normais, duas horas extras, sendo que os trabalhadores poderiam receber 50% a mais em cada uma delas, representando assim o pagamento referente a nove horas de trabalho. Eles são favoráveis à licença-gestante e maternidade de 120 dias, mas contrários à licença paternidade de 8 dias.

## Tributos

Quanto à reforma tributária, a UB defende modificações no que diz respeito ao Imposto de Renda (IR) e ao Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI). Os empresários são favoráveis à eliminação do imposto progressivo, ou seja, aplicado através de diversas alíquotas correspondentes às rendas, e criação de uma taxa única linear e baixa, que poderia ser paga por um número bem maior de contribuintes, mas sem pressioná-los financeiramente.

Acreditam que o sistema atual de arrecadação do IR, além de onerar milhões de contribuintes é incapaz de sustentar a máquina da União, que vem consumindo bem mais do que arrecada.

O presidente da UB não quis comentar o programa econômico de emergência elaborado pelo Governo, alegando que os empresários ainda não tinham conhecimento de suas metas e, "além disso, mudam-se as regras econômicas de meia em meia hora", acrescentou. Disse, entretanto, que no decorrer da reunião os empresários avaliaram como adequada a postura do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, diante da atual conjuntura econômica do País.

Ivaldo Cavalcante



Santos: "Vamos nos preparar"

ANC PJ  
X